

# Cancelada visita do rei da Suécia ao ES

A recomendação foi da Polícia Federal, que viu dificuldades em oferecer segurança, devido à ocupação dos índios em terras da Aracruz

RIO – A visita do rei Gustavo Adolfo, da Suécia, à fábrica da Aracruz Celulose, em Aracruz, Espírito Santo, foi cancelada ontem por recomendação da Polícia Federal (PF). A avaliação é de que não há segurança para a visita, programada para segunda e terça-feiras, por causa da ocupação, na quarta-feira, de parte da floresta de eucaliptos da empresa por índios, com apoio de sem-terra.

“O Itamaraty nos informou que a Polícia Federal desaconselhou a visita”, informou o gerente florestal da Aracruz, Carlos Alberto Roxo. O governo do Espírito Santo, no entanto, confirmou que o governador Vitor Buaz (PV) vai receber o rei na segunda-feira. Além da Aracruz, estavam previstas visitas de Gustavo Adolfo ao Porto de Tubarão, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e à Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), na Serra, município na área metropolitana de Vitória.

**CARTA** – Caso seja mantido o encontro de Buaz com o rei sueco, as entidades que apóiam a ocupação das terras da Aracruz pelos índios esperam que Buaz entregue a ele uma carta pedindo apoio ao aumento da reserva dos tupiniquins e guaranis em Aracruz de 4,4 mil para 11 mil hectares – reivindicação que os levou a entrar em uma faixa de 5 quilômetros ao longo da divisa da reserva com a floresta da empresa. “O governador já se comprometeu com isso”, afirmou Tânia Silveira, ex-integrante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), hoje do Fórum Campo e Cidade, que apóia a ação dos indígenas.

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sullivan de Oliveira, reuniu-se à tarde com os líderes das duas tribos para negociar o aumento do tamanho da reserva. Oliveira quer que os índios saiam das terras da Aracruz para que a questão possa ser negociada em Brasília (DF). No entanto, até o fim da tarde de ontem, eles pretendiam continuar a ocupação e terminar a demarcação da área que reivindicam.

Os trabalhadores sem-terra e sindicalistas que apóiam a invasão continuavam ontem na reserva, apesar de o presidente da Funai ter dito que os “convidaria” a retirar-se da área. Na segunda-feira está prevista a chegada de integrantes de paróquias e igrejas protestantes da Grande Vitória e do interior do estado à reserva.



Sérgio Cardoso

## PRESEÇA

Os índios tupiniquins e guaranis continuam em área da Aracruz Celulose; parte dela eles reivindicam como sendo sua

## Índios e Funai não fazem acordo

A reunião a portas fechadas durou três horas, mas os índios das aldeias de Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios, em Aracruz, o procurador da República Elton Ghermel e o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sullivan Silvestre, saíram ontem do Ministério Público Federal, em Vitória, sem chegar a um acordo sobre a reivindicação das terras pertencentes à Aracruz Celulose. Até o início da noite, os índios ainda não haviam decidido se a auto-demarcação da área de 13.579 hectares, iniciada há três dias, seria paralisada até a segunda-feira, quando uma nova reunião está marcada – dessa vez com os dirigentes da empresa de celulose.

Durante a audiência, o procurador Elton Ghermel prometeu que o Ministério Público Federal entrará com uma ação na Justiça solicitando o reconhecimento das terras como reserva indígena. Para isso, seria feita uma análise com o objetivo de definir a área que seria ampliada. Por outro lado, as comunidades indígenas voltaram a propor a ampliação das terras em 7 mil hectares contra os 13.579 inicialmente reivindicados, em troca da criação de projetos de assistência às aldeias.

Se essa solicitação for atendida, os índios aceitam reduzir à metade a área pedida. Caso contrário, continuarão a reivindicar os 13.579 hecta-

res, segundo informou o cacique de Irajá, Jonas do Rosário. Os representantes da Funai tentaram convencer os índios sobre a ilegalidade da ocupação das terras, baseando-se na garantia judicial obtida pela Aracruz Celulose há uma semana sobre a área – ação que, desrespeitada, rende à Fundação multa diária de R\$ 1 mil – e na decisão do Ministro da Justiça Iris Rezende, que no último dia 6 determinou a ampliação em apenas 2.571 hectares.

**SUSPENSÃO** – “Temos aí duas decisões judiciais que não permitem a ocupação das terras e têm que ser respeitadas”, alegou o presidente da Funai, antes de sair do Ministério Público Federal. Segundo ele, durante a reunião, os índios se comprometeram a suspender a autodemarcação no sábado e domingo, até a reunião com a Aracruz Celulose, na segunda-feira. Nesta data, ele afirmou que será tentado um acordo com a empresa. Os índios, no entanto, não decidiram até o início da noite se a suspensão do movimento realmente aconteceria.

A audiência de ontem, marcada para as 14 horas, atrasou em 30 minutos. A participação ao encontro ficou restrita aos caciques das aldeias, representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), presidente da Funai, procurador da República e aos

deputados Carlos Vereza, José Baião e Brice Bragato, todos do PT. A imprensa não teve acesso à sala de reuniões.

Pela manhã, Sullivan Silvestre se reuniu com representantes da Polícia Federal e declarou apenas que a corporação “acenuou com um gesto positivo”. O presidente da Funai se encontraria mais tarde com o governador Vitor Buaz (PV) para discutir a situação, mas a audiência foi cancelada. Segundo o coordenador geral da Funai em Brasília, Marcos de Freitas, estava agendado um compromisso com dirigentes da Aracruz, na noite de ontem, mas a informação não foi confirmada pela assessoria de imprensa da empresa.

Os índios voltaram ontem para Aracruz desanimados, alegando que a reunião foi inútil. “A conversa que tivemos foi a mesma dos outros dias. Não mudou nada”, lamentou Jonas do Rosário. A intenção deles era levar o resultado da audiência para as comunidades e decidir a continuidade da autodemarcação no final de semana.